

U. PORTO

**Faculdade de Psicologia e
de Ciências da Educação**

Lição síntese

CARLINDA Maria Ferreira Alves Faustino LEITE

Apresentado para Provas de Agregação na FPCE - UP

2006

U. PORTO

FPCE

Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação

Lição

**“A POLÍTICA DA DIFERENÇA NAS MUDANÇAS
CURRICULARES NESTA TRANSIÇÃO DE SÉCULOS
E O IMPERATIVO DE UMA EDUCAÇÃO
INTERCULTURAL”**
(sumário da “lição-síntese”)

Apresentada para Provas de Agregação

CARLINDA Maria Ferreira Alves Faustino LEITE

Apresentado para Provas de Agregação

FPCEUP - 2006

Lição apresentada nos termos do art.º 9º, n.º 1 do decreto-lei n.º 301/72 de 14 de Agosto (Estatuto da Carreira Docente Universitária) no âmbito das provas para a obtenção de agregação no 2º grupo, Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, requeridas por
Carlinda Maria Ferreira Alves Faustino Leite.

A POLÍTICA DA DIFERENÇA NAS MUDANÇAS CURRICULARES NESTA TRANSIÇÃO DE SÉCULOS E O IMPERATIVO DE UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

I - Enquadramento da “lição”

a) *contexto temático em que se desenvolve a “lição”*

A “lição” que aqui apresento é referente à disciplina “Teoria e Fundamentos do Currículo”, do curso de 1º ciclo em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e insere-se na temática e no trabalho que têm como finalidade criar condições de aquisição de conhecimentos, de reflexão e de debate que levem os/as estudantes a compreender a importância da concretização do princípio da “escola para todos e com todos”, numa lógica de justiça curricular comprometida com a justiça social.

b) *conhecimentos prévios dos/as estudantes*

Correspondendo o tema aqui em referência à nona “lição”/aula da disciplina “Teoria e Fundamentos do Currículo”, os/as estudantes a quem ela se destina têm já o domínio de conhecimentos trabalhados em aulas anteriores, nomeadamente os que foram objecto de atenção nas “lições”/aulas números 3, 5, 7 e 8 (*cf.* apresentação feita no Relatório da disciplina). Nessas aulas, e no trabalho independente que com elas se relaciona, houve oportunidade para:

- reconhecer a educação como uma responsabilidade colectiva;
- aprofundar conhecimentos relativos à evolução dos papéis atribuídos à escola e à educação, clarificar conceitos de educação e estabelecer relações entre ensino/aprendizagem/instrução/formação/educação;
- relacionar a evolução dos conceitos de educação e dos mandatos atribuídos à escola com a evolução da própria sociedade e dos direitos individuais e sociais;
- conhecer o modo como se organiza o currículo no sistema educativo português e os princípios com que se compromete;
- conhecer mudanças curriculares que ocorreram em Portugal nesta transição de séculos, as concepções que as orientam e o que a sua concretização implica;
- analisar possibilidades e limites das mudanças curriculares ocorridas;
- reconhecer o direito de “todos” à educação e os desafios que se colocam à escola nas sociedades actuais, nomeadamente os decorrentes dos fenómenos da multiculturalidade e da globalização;
- conhecer distintos modos da educação se relacionar com o multiculturalismo;
- conhecer antecedentes da educação intercultural, em Portugal

c) objectivos da “lição”/aula

Organizando-se a formação em Ciências da Educação da FPCE-UP, e como dei conta no Relatório da disciplina em que esta “lição” se inscreve, no sentido de proporcionar aos/às estudantes que a frequentam o perfil profissional de mediação sócio-educativa e da formação, na disciplina “Teoria e Fundamentos do Currículo” pretendo criar condições para que esses/as estudantes desenvolvam as seguintes competências: adquirir e aprofundar uma “mentalidade curricular” (Zabalza, 1987) que permita ter consciência do sistema educativo, na sua globalidade e complexidade, e encontrar sentidos para as intervenções parcelares; perspectivar modos de assessorias no quadro de uma educação de qualidade em que participe toda a comunidade educativa.

A diversidade da população escolar, aliada à procura da concretização do princípio de uma escola de sucesso para todos e com todos, exige que as políticas curriculares e os processos de organização e desenvolvimento do currículo incorporem nos seus objectivos reflexões sobre os modos de resposta à característica cada vez mais multicultural da sociedade. E no quadro desta exigência torna-se também necessário que os/as estudantes do curso de Ciências da Educação, futuros/as profissionais capacitados para exercerem assessorias sócio-educativas, tenham o domínio dos conhecimentos indispensáveis sobre estas questões e uma reflexão que lhes permita tomar as melhores decisões. Por isso, no que diz respeito ao conteúdo desta “lição” e à metodologia que será adoptada, as opções feitas resultam de pretender uma aprendizagem em que os/as estudantes atinjam os seguintes **objectivos**:

- reconhecer o imperativo de uma educação intercultural;
- perspectivar modos de desenvolver uma educação que positivamente responda à multiculturalidade.

d) características dos estudantes e contrato didáctico da disciplina

Embora não seja possível, neste momento, enunciar as características do grupo a quem se vai destinar esta “lição”, sabe-se que se trata de estudantes que estão no 1º ano do curso em Ciências da Educação, no 2º semestre, que talvez seja composto predominantemente por elementos que têm como principal ofício serem estudantes, com quem estabeleci um contrato didáctico que tornou claro, entre outros aspectos, os modos de trabalho possíveis na disciplina, o envolvimento a dispensar por cada estudante, o

apoio que de mim podem ter, os elementos a que podem recorrer, os processos de avaliação a seguir. Este contrato será adequado, nos modos de concretizar a formação na disciplina e no apoio com que de mim podem contar, às especificidades que venha a identificar no grupo, nomeadamente as resultantes de estudantes trabalhadores, estudantes ERASMUS, estudantes com necessidades educativas especiais, etc..

Tentarei, no entanto, que seja possível a todos os estudantes, no tempo de trabalho independente a realizar fora do contacto comigo nas aulas, a leitura dos textos de apoio e os trabalhos de aprofundamento propostos (*cf.* apresentação de aulas no Relatório da disciplina).

II - Sumário da “lição” e seu desenvolvimento metodológico

a) *sumário*

- A atenção à multiculturalidade no currículo e no sistema educativo português e a razão do princípio da justiça curricular (cont.)

- * A política da diferença nas mudanças curriculares nesta transição de séculos
- . O imperativo de uma educação intercultural

b) *esquema do desenvolvimento metodológico da lição*

Tendo os/as estudantes os conhecimentos prévios que atrás enunciei, nesta “lição”/aula esses conhecimentos serão mobilizados para analisar, nas mudanças curriculares ocorridas no sistema educativo português nesta transição de séculos (isto é, na década de 1990 e dos anos 2000), os modos como é contemplada a multiculturalidade. Através de dados estatísticos sobre as populações residentes e escolares em Portugal, neste mesmo período, alimentar-se-á um debate que tem como objectivo que os/as estudantes reconheçam a educação intercultural como um imperativo de um currículo que se orienta pelo princípio da justiça curricular.

A metodologia a seguir na “lição”/aula recorrerá, portanto, ao questionamento em grande e em pequeno grupo, ao debate de ideias e de pontos de vista, à síntese das opiniões do grupo confrontadas com as que a bibliografia sobre o tema nos proporciona, à exposição de conceitos e de teorias que permitam uma melhor interpretação e análise das situações. Ou seja, a metodologia de exposição com que oralmente será apresentada esta “lição” nas provas públicas de agregação não será, pois, a única presente na situação real da sua concretização no contacto directo com os/as estudantes. Assim sendo, o conteúdo

que apresento nesta lição serve apenas para dar conta do posicionamento teórico e ideológico que me orienta e que apresentarei sobre o tema, constituindo portanto o referencial que estruturará as minhas intervenções na aula.

Concretizando um pouco mais a metodologia que será seguida na situação real de aula, poderei dizer que, partindo da ideia de Edgar Morin quando apresenta como um dos sete saberes necessários à educação do futuro “a compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos, quer estranhos” (Morin, 1999: 17) e quando, nesse sentido, sustenta “a necessidade de estudar a incompreensão a partir de suas raízes, suas modalidades e seus efeitos” (*ibidem*) para operar contra o que designa por “as raízes ego-sócio-cêntricas” do racismo, da xenofobia e do desprezo, mais do que contra os seus sintomas, questionarei os/as estudantes sobre:

- que discursos têm sido veiculados no sentido de uma educação intercultural, ou seja, de uma educação que vá para além do mero contacto de culturas distintas?

- em que medida está a educação escolar a contribuir para estudar a incompreensão, a partir das suas raízes, modalidades e efeitos, ou seja, em que medida está a ser concretizado o desafio de operar contra as “raízes ego-sócio-cêntricas” do racismo, da xenofobia e do desprezo?

Estas são questões estruturantes do desenvolvimento da aula e justificarão o recurso a um primeiro debate apoiado nas opiniões pessoais e nas leituras feitas no tempo de trabalho independente destinado à leitura dos textos de apoio. Da síntese dessas posições, aliada aos conceitos de educação face à multiculturalidade identificados na aula que a esta precedeu, contruir-se-á uma grelha para a análise das medidas curriculares focadas nos textos de apoio: “gestão flexível do currículo do final dos anos 1990”; “reorganização curricular do princípio dos anos 2000”; “política da reforma curricular do final dos anos 1980”; “orientações curriculares da educação pré-escolar, dos anos 1990”. Os resultados destes trabalhos de grupo, e em que cada um deles analisou uma destas mudanças, serão apresentados ao grande grupo e confrontados com a minha própria leitura das situações.

A apresentação que farei de dados estatísticos sobre a população residente em Portugal permitirá alimentar o debate e aprofundar as razões que justificam a importância de dar à educação intercultural e que se reclame, para ela, uma atenção acrescida de todos os educadores e professores comprometidos com critérios de democracia e de justiça social.

III – O tema da “lição” na sua teorização

Reconhecidos os princípios da “escola para todos e com todos” e da “justiça curricular” (Connell, 1997)¹, enquanto meios de promoção de uma justiça social, é importante que se analise o currículo escolar nos modos como promove a produção de novos saberes e a emancipação ou a reprodução dos saberes existentes e das situações sócio-culturais na lógica da disciplinação. É esta análise, e a reflexão que a acompanhará, que está presente nesta “lição”/aula.

Vivendo-se uma época que em termos dos discursos aponta para a territorialização das políticas e das práticas educativas (Leite, 1998, 1997, 1999, 2002, 2005; Correia, 1998, 2005; Formosinho, 1999, 2000, 2005; Delors e *al.*, 1996; Zabalza, 1999; Stoer, 1994, 2001; ...), capaz de contemplar as identidades múltiplas, e que convive com concepções e orientações de globalização e mundialização que se lhe opõem, uma formação no domínio da educação e do currículo tem, forçosamente, de fazer eco dos apelos ao reconhecimento das subjectividades que devem ser tidas em conta e das acções curriculares que promovam as minorias e a emancipação dos “oprimidos” (Freire, 1972)².

Este reconhecimento das subjectividades, em contextos relacionais que oferecem dinâmicas susceptíveis de gerar mudanças, é-nos lembrado, entre outros, por Dubar (1995)³. Neste sentido, as mudanças instrumentais devem associar-se a mudanças comunicacionais, como lembra Amélia Lopes (2006), e ter em conta que este “novo sistema comunicacional deve basear-se no reconhecimento da diferença (diversidade), que é o ponto de partida e de chegada para a formação de identidade (Lopes, 2006: 5)⁴. Posição semelhante é sustentada por Cortesão e Stoer (1997: 17)⁵, quando analisam as possibilidades de acontecer “formação de qualidade” no que respeita às questões da diversidade, e quando referem a importância de ter em conta o “terreno interior de formação”, pois só a partir dele é produzida a mudança.

¹ CONNELL, Robert W. (1997). *Escuelas y justicia social*, Madrid: Ed. Morata.

² FREIRE Paulo (1972). *Pedagogia do oprimido*, Porto: Ed. Afrontamento.

³ DUBAR, Claude (1995). *La socialisation – construction des identités sociales et professionnelles*, Paris: Armand Colin.

⁴ LOPES, Amélia (2006). “Marcos e marcas das políticas de educação na (re)construção da identidade profissional dos professores portugueses: rumo a uma Política Pedagógica”, conferência proferida no Simpósio “Políticas Públicas e Conhecimento Profissional: a Educação e a Enfermagem em reestruturação”, realizado a 18 e 19 de Maio em Ponta Delgada, Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores, Portugal, doc. policopiado.

⁵ CORTESÃO, Luiza e STOER, Stephen (1997). “Investigação-acção e a produção de conhecimento no âmbito de uma formação de professores para a educação inter/multicultural”, *Educação, Sociedade & Culturas*, Nº 7, pp. 7-28.

Orientada por esta posição face às concepções de formação, e na linha da tradição crítica, que vê o currículo como terreno de produção e criação simbólica das culturas, a posição que me orienta, e que estará presente nesta aula, é a que concebe a educação intercultural como um meio propiciador de mudanças culturais, onde a cultura dominante é questionada e onde há lugar para a expressão das culturas minoritárias (Leite, 2002: 236)⁶. “Fazer educação intercultural”, como afirma Ouellet (1988: 18)⁷, “é ajudar os alunos a participar na elaboração do campo cultural que será o seu, na matriz da civilização marcada pela revolução pluralista”.

Nesta linha, o currículo escolar, na sua organização e no seu desenvolvimento, têm de configurar “a acção pedagógica no desenvolvimento do «bilinguismo cultural»”⁸ (Stoer e Cortesão, 1999: 55)⁹, isto é, têm de orientar-se para a promoção de uma educação onde cada um adquire um conhecimento aprofundado da sua própria cultura e onde, simultaneamente, adquire um conhecimento de outras culturas e desenvolve atitudes para viver num mundo plural, promovendo, portanto, o desenvolvimento de atitudes de alteridade e de respeito pelo “outro” de si distinto e diferente. Este é o princípio das escolas inclusivas que, como nos diz Zabalza (1999: 105)¹⁰ “desenvolvem uma filosofia pedagógica que valoriza positivamente a diversidade e enfrentam-na pondo em marcha toda uma bateria de estratégias de apoio aos sujeitos para que alcancem o máximo desenvolvimento que sejam capazes de atingir”.

A configuração de uma acção pedagógica que se enquadre numa filosofia de inclusão implica conhecer a “gramática do discurso pedagógico” (Bernstein, 1990, 1993)¹¹, isto é, implica conhecer o modo como a educação escolar transmite, reproduz e transforma a

⁶ LEITE; Carlinda (2002). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.

⁷ OUELLET, Fernand (1988). "Quelques enjeux d'un visage interculturel en éducation", OUELLET, F. - org- *Pluralisme et école*, Québec: Institut Québécois de Recherche sur la Culture, pp 107-124.

⁸ GARCIA CASTAÑO e PULIDO MOYANO (1992) falam de uma “educação bicultural” ou de um “biculturalismo” que capacite cada pessoa para atingir os benefícios das concessões económicas e políticas, ao mesmo tempo que recebe o substrato psicológico e sociológico da sua cultura de origem (ver: GARCIA CASTAÑO, F. J. e PULIDO MOYANO, R. A. “Educación multicultural y antropología de la educación”, in PACIANO FERMOSE - ed. -*Educación intercultural: la Europa sin fronteras*, Madrid: Ed. Narcea, principalmente, pp. 43-44 sobre a questão da educação bicultural como a competência em duas culturas).

⁹ STOER, Stephen e CORTESÃO, Luiza (1999). *Levantando a pedra. Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*, Porto: Edições Afrontamento.

¹⁰ ZALZA, Miguel (1999). “Diversidade e curriculum escolar. Qué condições institucionais para dar resposta á diversidade na escola”, in ME/DEB/IIIE, *Fórum “escola, diversidade, currículo”*, Ministério da Educação, pp93-119.

¹¹ BERNSTEIN, Basil (1990). *Poder, educación y conciencia. Sociología de la transmisión cultural*, Barcelona: Ed. El Roure, e (1993). *La estructura del discurso pedagógico*, Madrid: Ed. Morata.

cultura. Assim sendo, qualquer acção pedagógica que pretenda positivamente responder à multiculturalidade exige que se conheçam os modos como se produzem os processos de transmissão e de reprodução cultural para os recontextualizar numa lógica que, mediando o discurso oficial de uniformização com o discurso local da especificidade e do relativismo, a todos proporcione a interacção e o enriquecimento que dela pode advir.

Em síntese, a concepção de educação intercultural que está presente nesta disciplina não a concebe como o mero reconhecimento da diferença ou como a forma de pontualmente intervir no currículo recheando-o de visões “turísticas” e estereotipadas das culturas, por delas revelarem apenas os sinais externos. Ao contrário, concebe-a como um processo profundamente implicado quer no reconhecimento e conhecimento das situações, quer na intenção de, através de uma participação colectiva, proporcionar a todos condições de crescimento e de enriquecimento pessoal e social. Trata-se, pois, e como em outro momento sustentei (Leite, 1997: 316)¹², de configurar e praticar uma educação que forme, “não apenas para uma vivência de concórdia branda com os outros, mas também para o desenvolvimento de uma consciencialização dos aspectos que subjazem às diversas situações” e que, por isso, enfrenta a conflitualidade e os acontecimentos do quotidiano fazendo deles um meio de formação.

No que à política da diferença no sistema educativo português diz respeito, e aceitando a posição de Ball (1992)¹³ quando afirma a existência de três contextos políticos primários, nesta aula, o que será essencialmente objecto de análise são os contextos de produção dos textos das definições políticas e o da prática onde essas definições curriculares são recriadas e reinterpretadas. Apesar disso, mesmo este último contexto será apreendido através da mediação das investigações apresentadas e analisadas nos textos referenciados para apoio à aula (e que, portanto, foram lidos pelos/as estudantes no tempo de trabalho independente).

Na análise da política da diferença nas mudanças curriculares em foco nesta aula, é tida também em conta a crítica que Stoer (2001)¹⁴ faz aos programas de educação face à

¹² LEITE, Carlinda (1997). “As palavras mais do que os actos? O multiculturalismo no sistema educativo português”, Porto: FPCE-UP (tese de doutoramento, doc. policopiado).

¹³ Os três contextos políticos primários a que se refere Stephen Ball são: o contexto de influência, onde, normalmente, são iniciadas as definições das políticas e onde são construídos os discursos políticos – onde actuam, pois, as redes dos partidos políticos e das agências internacionais; o contexto de produção dos textos das definições políticas, localizado no poder central; o contexto da prática, isto é, o da reinterpretação desses textos.

¹⁴ STOER, S. (2001). “Desocultando o voo das andorinhas. Educação inter/multicultural crítica como movimento social”, in STOER, S. e al. *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à “educação” da crise*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 245-275.

multiculturalidade promovidos pelo Estado-regulador, por visarem “preocupações relacionadas com ‘estilos de vida’, com diferenças culturais que não são articuladas com ‘oportunidades de vida’, isto é, com questões de natureza sócio-económica” (*ibidem*: 258). Neste sentido, embora não esteja previsto, no âmbito desta aula, o acompanhamento directo de situações escolares que permitam aos estudantes percepcionarem a existência, ou não, de atitudes de mera contemplação e folclorização dos grupos culturais minoritários, este alerta constituirá ponto de debate e de reflexão. O que se pretende é analisar modos de contrariar atitudes que levem os professores a refugiarem-se nos objectivos específicos das suas disciplinas, ignorando os grandes objectivos da educação (Boavida, 1999: 202)¹⁵ e reclamar intervenções educativas que vão para além do mero contacto de culturas ou focagens apenas centradas no sujeito.

III – A avaliação da aprendizagem

No quadro da concepção de formação que me orienta, e que será contratualizada com os/as estudantes, um dos meios de avaliação, e simultaneamente de formação a que nesta disciplina recorro, é a realização de diários temáticos que dêem conta do conteúdo da aula, das opiniões expressas e do confronto das opiniões pessoais com a bibliografia consultada. Por isso, também neste caso, esta será uma proposta para o trabalho independente a realizar pelos/as estudantes. Esses diários, depois de por mim analisados, serão devolvidos aos seus autores com a apreciação que deles faço, a enunciação dos aspectos que os marcam positivamente e as sugestões que os possam, eventualmente, melhorar.

IV - A bibliografia de apoio para o aprofundamento do tema

Textos de apoio:

Texto 14 – LEITE, Carlinda (1995). “Multiculturalismo e educação escolar - Cenários do passado e do presente, *in* S.P.C.E. *Actas do III Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, pp. 59-91.

Texto 15 – LEITE, Carlinda (2006). “As mudanças curriculares, em Portugal, e a multiculturalidade”, *in* LOPES, A. e *al.* (orgs.) *Cultura e política de currículo*, Brasil: Junqueira Marin Editores, pp. 91-118.

¹⁵ BOAVIDA, João (1999). “Educação por valores: que vias e perspectivas?” *in* SPCE, *Actas do IV Congresso, Investigar e formar em educação*, pp. 201-204.

Nota: existirá ainda para apoio à aula o texto “LEITE, Carlinda (2006). «A política da diferença nas mudanças curriculares nesta transição de séculos»” (doc. policopiado).

Outras leituras:

- ARAÚJO, Helena C. (2000). *Pioneiras na educação. As professoras primárias na viragem do século 1870-1933*, Lisboa: IIE (principalmente o capítulo I dedicado à construção da escola de massas).
- BALL, Stephen (1992). “The policy processes and the processes of policy”, in BOWE, R., BALL, S. e GOLD, A. (orgs). *Reforming education & changing school: case studies in policy sociology*, Londres/Nova Iorque: Routledge, pp. 6-23.
- BOLÍVAR, A. (2000). “O lugar da escola na política curricular actual. Para além da reestruturação e da descentralização”. in Sarmento, M. J. *Autonomia da Escola*. Porto: Edições ASA, pp. 157-190.
- BOLÍVAR, António (2006). “Um olhar actual sobre a mudança educativa: onde situar os esforços de melhoria?”, in LEITE, Carlinda e LOPES, Amélia, *Educação, currículo e formação de identidades*, Porto: Edições ASA.
- BURBULES, Nicholas C. (2003). “Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais”, in GARCIA, Regina Leite e MOREIRA, Antonio Flávio M., *Currículo na contemporaneidade. Incertezas e desafios*, S. Paulo: Cortez Editora, pp. 159-188.
- CARVALHO, Rosângela Tenório de (2004). *Discursos pela interculturalidade no campo curricular da educação de jovens e de adultos no Brasil nos anos 1990*, Recife: Edições bagaço (principalmente cap.I).
- CONNELL, Robert W. (1997). *Escuelas y justicia social*, Madrid: Ed. Morata.
- CORREIA, José Alberto (1994). “A educação em Portugal no limiar do século XXI: Perspectivas de desenvolvimento futuro”, *Educação, Sociedade & Culturas*, Nº 2, pp. 7-30.
- CORREIA, José Alberto (1998). *Para uma teoria crítica em educação*, Porto: Porto Editora.
- CORREIA, José Alberto (2005). “Contributos para a construção de ‘narrativas educativas’ de esquerda”, *Perspectiva*, Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, V. 23, nº 02, pp. 407-426.
- CORTESÃO, Luiza (1994). “Quotidianos marginais desvendados pelas crianças”, *Educação, Sociedades & Culturas*, 1, pp. 63-87.
- CORTESÃO, Luiza e STOER, Stephen (1996). “A interculturalidade e a educação escolar: dispositivos pedagógicos e a construção da ponte entre culturas”, *Inovação*, Vol. 9, IIE, nºs 1 e 2, pp. 35-51.
- CORTESÃO, Luiza e STOER, Stephen R. (2003). “A interface de educação intercultural e a gestão da diversidade na sala de aula”, in GARCIA, Regina Leite e MOREIRA, Antonio Flávio M., *Currículo na contemporaneidade. Incertezas e desafios*, S. Paulo: Cortez Editora, pp. 189-207.
- DARLING-HAMMOND, Linda (2001). *El derecho de aprender. Crear buenas escuelas para todos*, Barcelona: Ariel Educación.
- DELORS, Jaques e al. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*, Porto: Edições ASA.

- ESTRELA, M^a Teresa (1986). “Novos paradigmas e velhos problemas – reflexões a propósito da investigação educacional”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XX, pp. 123-134.
- FAURE, Edgar e *al.* (1981). *Aprender a ser*, Lisboa: Livraria Bertrand, trad. 1972.
- FORMOSINHO, João (1987). “O currículo uniforme, pronto-a-vestir de tamanho único”, in *O insucesso escolar em questão*, Braga: Universidade do Minho, pp. 41-50.
- FORMOSINHO, João (1991). Prefácio a MACHADO, Fernando e GONÇALVES, Maria Fernanda (1991). *Desenvolvimento curricular. Problemas e perspectivas*. Porto: Edições ASA, pp. 7-10.
- FORMOSINHO, João (1991). “Concepções de escola na reforma educativa”, in *Ciências da Educação. Situação actual e perspectivas*, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 31-51.
- FORMOSINHO, João e MACHADO, João (1998). “Políticas educativas globais”, Actas do Seminário *A territorialização das políticas educativas*, Centro de Formação Francisco de Holanda, pp. 23-27.
- FORMOSINHO, João (1999). “De serviço de Estado a comunidade educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa”, in FORMOSINHO, João e *al.*, *Comunidades educativas. Novos desafios à educação básica*, Braga: Minho Universitária/Livraria do Minho, pp. 25-69.
- FORMOSINHO, João e *al.* (1999). *Comunidades educativas. Novos desafios à educação básica*, Braga: Minho Universitária/Livraria do Minho.
- FORMOSINHO, João (2000). “A escola das pessoas para as pessoas – Para um manifesto antiburocrático”, in FORMOSINHO, João e *al.* *Políticas educativas e autonomia das escolas*, Porto: Edições ASA, pp. 147-159.
- FORMOSINHO, João e *al.* (2005). *Administração da educação. Lógicas burocráticas e lógicas de mediação*, Porto: Edições ASA, pp. 225-264.
- FREIRE Paulo (1972). *Pedagogia do oprimido*, Porto: Ed. Afrontamento.
- GIMENO SACRISTÁN, José (2003). *Educar e conviver na cultura global*, Porto: Edições ASA.
- GIMENO SACRISTÁN, José (2005). “Los sentidos y desafios de la igualdad justa en educación”, BENÍTEZ, Manuel de P. (coord.). *Educación, igualdad y diversidad*, Madrid: Biblioteca Nueva Escuela Julián Besteiro, pp. 29-52.
- GIROUX Henry e FLECHA Ramon (1992). *Igualdad educativa y diferencia cultural*, Barcelona: Editorial El Roure.
- LEITE, Carlinda (1996). “O multiculturalismo na educação escolar - que estratégias numa mudança curricular?”, *Inovação*, Vol. 9, Nº1 e 2, IIE, pp. 63-81.
- LEITE, Carlinda (1996). “Os desafios de uma escola para todos numa sociedade multicultural”, *Rumos*, Nº 11, Julho/Agosto, pp. 8-10.
- LEITE, Carlinda (1996). “Que escola básica para o século XXI?”, in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Anuário da educação 96/97*, pp. 14-15.
- LEITE, Carlinda (1997). *As palavras mais do que os actos? O multiculturalismo no sistema educativo português*, Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, doc. policopiado.
- LEITE, Carlinda (1998). “Entre a prevenção e a cura - que opção curricular?”, *Território Educativo*, Nº 4, Dezembro, 1998, DREN. pp. 37-40.

- LEITE, Carlinda (1999). Pontes entre a flexibilidade curricular e uma educação face à diversidade cultural. *Actas do Encontro Integração e Gestão Flexível do Currículo*, Guimarães, Centro de Formação da Associação de Escolas Francisco de Holanda, pp. 81-90.
- LEITE, Carlinda (2000). “Uma análise da dimensão multicultural no currículo”, in *Revista de Educação*, Vol. IX, nº 1, pp. 137-142.
- LEITE, Carlinda (2000). A flexibilização curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva”. *Território Educativo*, 7, 20-26.
- LEITE, Carlinda (2001). “O lugar da escola e do currículo na construção de uma educação intercultural”, in AAVV *Ênfases e omissões no currículo*, S. Paulo: Papirus Editora, pp. 45-64.
- LEITE, Carlinda (2001). “A reorganização curricular do ensino básico. Problemas, oportunidades e perspectivas”, in AAVV, *A reorganização curricular do ensino básico*, Porto: Edições ASA, pp. 29-38.
- LEITE, Carlinda, GOMES, Lúcia, FERNANDES, Preciosa (2001). *Projectos curriculares de escola e de turma. Conceber, gerir e avaliar*, Porto: Edições ASA.
- LEITE; Carlinda (2002). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT (capítulos II, V, VI e VII).
- LEITE, Carlinda (2002). “Sinais e percursos da educação e do currículo em Portugal, nas últimas três décadas”, *Actas do V Colóquio Questões Curriculares, I Luso-Brasileiro*, Braga, Universidade do Minho, pp. 41-64.
- LEITE, Carlinda (2002). “A figura do ‘amigo crítico’ no assessoramento/ /desenvolvimento de escolas curricularmente inteligentes”, *Actas do 5º Congresso da SPCE*, pp. 95-100.
- LEITE; Carlinda (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente*, Porto: Edições ASA.
- LEITE, Carlinda e FERNANDES, Preciosa (2003).”Da organização às práticas de formação contínua de professores. Compromissos entre o instituído pelas actuais políticas curriculares e o instituinte local”, *Elo*, Número especial – Formação de Professores, Guimarães CFAE, pp. 55-66.
- LEITE, Carlinda (2005). A territorialização das políticas e das práticas educativas. In C. Leite (Org.). *Mudanças curriculares na transição para o séc. XXI, em Portugal* (pp. 15-32). Porto: Porto Editora.
- LEITE, Carlinda - org. - (2005). *Mudanças curriculares em Portugal. Transição para o séc. XXI*, Porto: Porto Editora.
- LEITE, Carlinda (2005). “Políticas de currículo em Portugal e (im)possibilidades da escola se assumir como uma instituição curricularmente inteligente”, *Revista Currículo Sem Fronteiras*, Vol. 6, nº 2/2006, <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>
- LEITE, Carlinda (2006). A atenção ao multiculturalismo nas políticas da educação escolar em Portugal”, in *Actas do VII Colóquio sobre Questões Curriculares/III Luso Brasileiro*, Braga: Universidade do Minho (no prelo).
- LEITE, Carlinda e FERNANDES, Preciosa (2006). “Desafios para um currículo escolar comprometido com a inclusão”, *Educação. Temas e problemas*, ano 2, Universidade de Évora, Centro de Investigação em Educação (no prelo).
- LEITE, Carlinda e LOPES, Amélia (2006). *Educação, currículo e formação de identidades*, Porto: Edições ASA.

- LOPES, Amélia (2006). “Marcos e marcas das políticas de educação na (re)construção da identidade profissional dos professores portugueses: rumo a uma Política Pedagógica”, conferência proferida no Simpósio “Políticas Públicas e Conhecimento Profissional: a Educação e a Enfermagem em reestruturação”, realizado a 18 e 19 de Maio em Ponta Delgada, Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores, Portugal, doc. policopiado.
- MCCARTHY, Cameron (1994). *Racismo y curriculum*, Madrid: Ed. Morata.
- McLAREN, Peter (1997). *Pedagogía crítica y cultura depredadora. Políticas de opción en la era posmoderna*, Barcelona: Paidós.
- MAGALHÃES, António e STOER, Stephen R. (2002). *A escola para todos e a excelência académica*, Porto: Profedições.
- MAY, Stephen (1994). *Making multicultural education work*, Toronto, Ontário: Institute for Studies in Education.
- MAYOR, Frederico (1990). “L’education pour tous’: défi pour l’an 2000”, *Perspectives*, vol. XX, Nº4, Unesco, pp. 487-497.
- MEIRIEU, Philippe (2004). *Faire l’école, faire la classe*, Paris: ESF Éditeur.
- MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (1994). *Currículo, cultura e sociedade*, S. Paulo: Cortez Editora.
- MORIN, Edgar (1999). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, S. Paulo: Cortez Editora/UNESCO.
- PERRENOUD, Philippe (1978). “Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num ensino diferenciado”, in *Análise Psicológica*, Nº 1, Vol. II, Out./78, pp.137-156.
- RODRIGUES, David – org.- (2003). *Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade*, Porto: Porto Editora.
- ROLDÃO, M^a do Céu (2003). *Diferenciação curricular revisitada. Conceito, discurso e práxis*, Porto: Porto Editora.
- SANTOS, B. Sousa (1997). “Para uma concepção multicultural dos direitos humanos”, doc policopiado
- SARMENTO, Manuel Jacinto e FORMOSINHO, João (1999). “ A emergência de um novo paradigma de escola” in *Comunidades Educativa, Novos Desafios à Educação Básica*. Braga: Livraria Minho, pp.73-87.
- SCHÖN, D. A. (1994). “La prática reflexiva: Aceptar y aprender de la discrepancia”, *Cuadernos de Pedagogia*, pp. 88-92.
- STOER, Stephen e ARAÚJO, Helena Costa (1992). *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*, Lisboa: Escher
- STOER Stephen (1994). “Construindo a escola democrática através do ‘campo da recontextualização pedagógica’ ”, *Educação, Sociedade & Culturas.*, Nº 1, pp. 7-27.
- STOER, Stephen e CORTESÃO, Luiza (1999). *Levantando a pedra. Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*, Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, Stephen (2001). “Desocultando o voo das andorinhas. Educação inter/multicultural crítica como movimento social”, in STOER, S. e al. *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à “educação” da crise*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 245-275.

- STOER, Stephen e MAGALHÃES (2005). *A diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*, Porto: Edições Afrontamento (principalmente capítulos 5 e 6).
- TOURAINE, Alain (1998). *Iguais e diferentes – poderemos viver juntos?*, Lisboa: Instituto Piaget.
- UNESCO (2000). *Relatório mundial sobre a educação/2000. O direito à educação. Uma educação para todos durante toda a vida*, Porto: Edições ASA.
- WIEVIORKA Michael (1999). “Será que o multiculturalismo é a resposta?”, *Educação, Sociedade e Cultura*, Nº 12, pp. 7-46.
- ZABALZA, Miguel A. (1987). *Diseño y desarrollo curricular*, Madrid: Nancea, S.A. Ediciones.
- ZABALZA Miguel A. (1992). “Do currículo ao projecto de escola”, in CANÁRIO, Rui -org.- (1992) *Inovação e projecto educativo de escola*, Lisboa: Educa, pp. 87-107.
- ZABALZA, Miguel (1999). “Diversidade e curriculum escolar: que condições institucionais para dar resposta à diversidade na escola”, ME/DEB/IE, *Fórum escola, diversidade, currículo*, Lisboa: Ministério da Educação, pp. 93-119.
- ZABALZA, Miguel A. (1999). “Autonomia das escolas e desenvolvimento curricular”, Actas do seminário *A integração e a flexibilização curriculares*, Centro de Formação Francisco de Holanda, pp. 27-64.
- ZEICHNER, Kenneth (1993). *A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas*, Lisboa: Educa (principalmente último capítulo, pp. 73-112).